

ESPAÇO, TERRITÓRIO, REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO: Características do Estado de Mato Grosso

Resumo:

Este ensaio tem por objetivo apresentar os conceitos de espaço, território, região e regionalização adotados por Murilo Flores, Ester Limonad e Ana Clara Torres Ribeiro e analisar a formação do território do Estado de Mato Grosso. A metodologia utilizada para sua realização valeu-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva formulada por uma revisão bibliográfica, considerando as pesquisas em livros, revistas e artigos científicos que tratam da temática. Os resultados demonstraram que para a compreensão da formação atual do território mato-grossense deve-se buscar o entendimento dos diversos períodos históricos que alteraram sua dimensão geográfica, estabelecendo regionalizações e formalizando regiões.

Palavras-chave: Território. Região. Regionalização. Desenvolvimento Regional. Mato Grosso.

Sabe-se que é possível encontrar uma vasta literatura sobre os conceitos de espaço, território, região e regionalização (FLORES, 2006; LIMONAD, 2004; RIBEIRO; 2015) e mesmo com a exploração de diversas perspectivas e entendimentos, este ensaio procura apresentar um olhar sobre estes conceitos considerando que espaço, território, região e regionalização são resultantes de construções sociais e históricas que lhes conferem características específicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva elaborada a partir de levantamento bibliográfico em documentos históricos e publicações científicas.

Após a discussão dos conceitos analisar-se-á o percurso histórico do Estado de Mato Grosso, que inicia com a emancipação da Capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo), passa por dois desmembramentos geográficos e se consolida como um Estado de características de um território em construção.

ESPAÇO E TERRITÓRIO

Existem diferenças conceituais entre o espaço e território. Para Raffestin (1993, p.143) “o território se forma a partir do espaço” sendo o resultado de uma ação conduzida por diversos atores. O conceito de espaço está relacionado ao patrimônio natural existente enquanto o conceito de território está relacionado a apropriação deste espaço pela ação dos diferentes atores. O território, nesta perspectiva, revelará marcas das modificações realizadas pelos homens, enquanto o espaço preexiste a qualquer ação dos homens. Diante disto pode-se dizer que o território surge a partir dos resultados de ações sociais (concretas ou abstratas) compostas por diferentes atores que se apropriam de um espaço (físico ou simbólico) em um determinado processo de construção (FLORES, 2006).

Flores (2006) esclarece que é importante diferenciar os tipos de território e reconhece a existência de dois tipos distintos: O território dado e o território construído. Conforme o autor o território dado é formado por ações políticas-administrativas resultantes de ações de organização do território, enquanto o território construído é formado após o território dado por um conjunto de atores sociais que procuram identificar e resolver os problemas comuns.

É no território construído que encontrar-se-á os laços de solidariedade e o “sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída” (FLORES, 2006, p. 5). No território construído surge o saber-fazer local, ou a cultura local, que agregada ao conhecimento e à capacidade dos atores sociais é capaz de promover o desenvolvimento no território, formando o capital cultural e social.

Sabe-se que não é uma tarefa fácil manter as características próprias de um território, já que as culturas externas podem influenciar as culturas locais, mas a identidade territorial só será formada quando a cultura local persistir a cultura externa, proporcionando contornos específicos ao território (FLORES, 2006).

Um outro aspecto importante para entender a caracterização dos territórios e sua identidade cultural como uma estratégia de valorização produtiva, são os tipos de recursos que neles surgem. Flores (2006) explica que pode existir dois tipos de recursos: os genéricos e os específicos. Os primeiros, recursos genéricos, são voltados para a produção de renda sem levar em consideração as características territoriais, já os recursos específicos, tem seu valor definido independente do processo de produção, se vinculando mais aos atores que o produziram do que aos meios de produção utilizados.

Ainda sobre a produção local e a valorização dos produtos nos territórios Flores (2006) alerta que as estratégias de valorização podem ou não estar associadas a imagem dos produtos locais, mas sempre deve haver interação entre o patrimônio natural e o patrimônio histórico-cultural.

Arantes (2004) destaca a existência de três pontos para a construção social do território: 1. Singularidade (diferenciais enraizados na cultura local); 2. Rastreabilidade (possibilidade de o consumidor verificar o ambiente social e cultural do produto na origem); e 3. Qualidade (associada à cultura dos produtores e sua organização social). A ideia principal é que o consumidor passe a reconhecer um produto de origem territorial específica e associe em seu imaginário as relações de produção com a cultura, tradição, tipicidade e qualidade.

Ainda na abordagem dos produtos territoriais pode-se citar a Cesta de Bens. A ideia principal da Cesta de Bens é que o consumidor adquira um produto em determinado território e saiba que aquele produto possui uma qualidade diferente de produtos de outros locais,

atraindo, conseqüentemente, o consumidor a comprar novos bens no mesmo território e reforçando a imagem positiva do território (NASCIMENTO; SOUZA, 2004).

Percebe-se que a formação de um território, em uma perspectiva de desenvolvimento, “apresenta uma dinâmica na qual as fontes de poder e de riqueza dependem da capacidade de interação estratégica entre atores políticos, recursos humanos, infraestrutura tecnológica e inovação organizacional” (PAULILLO, 2000, p. 48). É uma busca permanente de entendimentos que necessariamente consistem em “reconhecer, por um lado, a complexidade social e, por outro lado, as divergências de interesses, de concepções e de estratégias dos atores” (CAZELLA, 2006, p. 238).

Importante esclarecer que o Estado tem um papel fundamental na construção de territórios com identidade territorial. É o Estado, segundo Flores (2006), que terá a função de realizar a articulação entre os atores locais e seus programas de desenvolvimento. Sabourin (2002) destaca três pontos fundamentais na atuação do Estado para o sucesso dos projetos de desenvolvimento territorial: 1. Garantir a representação democrática e diversificada da sociedade civil, das coletividades sociais e das aglomerações populacionais (distritos, bairros, povoados); 2. Desenvolver a capacidade de análise e de representação dos territórios e dos atores locais; e 3. Reconsiderar as lógicas do desenvolvimento e as formas de coordenação associadas a estas políticas.

Mesmo reconhecendo a importância do papel do Estado, Flores (2006) esclarece que nem todas as estratégias de desenvolvimento territorial têm como fator principal o apoio estatal. Para o autor muitas ações ocorrem no seio da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e até mesmo organizações privadas. Caso o Estado não reconheça os interesses locais, sua intervenção pode ser danosa ao processo de desenvolvimento territorial. Logo, o envolvimento multinível de interesses que envolve aspectos econômicos, sociais, ecológicos, culturais e políticos necessita ser organizado e encarado com uma perspectiva de cogestão do desenvolvimento territorial.

A proposta de Flores (2006) é que o desenvolvimento territorial possua novas organizações de apoio que lhe proporcione um alcance mais amplo e supere os grupos sociais já estruturados com a utilização de: a) Técnicas de uma gestão combinada de saberes envolvendo os conhecimentos locais e conhecimentos científicos; b) Instrumentos financeiros que proporcionem aos atores locais maior autonomia em relação às redes de poder; c) Capacitações dos agentes locais de desenvolvimento em um novo contexto de descentralização política e gestão de saberes; e d) ações empresariais que estimulem projetos coletivos que envolvam a cooperação horizontal no território.

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Considerando verdadeira a concepção de território enquanto um produto social fruto do processo histórico que intercala fluxos e processos coexistentes no espaço-tempo que “tendem a se tornar hegemônicos em determinados momentos e espaços, condicionados e propiciados pelas circunstâncias e práticas sociais, econômicas, políticas, culturais” (LIMONAD, 2004, p. 56), acredita-se que a região segue o mesmo princípio.

A região é uma "expressão espacial dos interesses e das práticas de distintos agentes e, também, da influência exercida por diferentes esferas da vida coletiva" (RIBEIRO, 2015, p. 200). Para Limonad (2004), a região é resultante de uma construção histórica com coerência complexa, construída a partir da articulação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas com práticas, processos socioespaciais históricos em uma determinada localização geográfica, ou dito de outra forma, a região é um fato político resultante de um equilíbrio de forças e expressão espacial de articulações sociais.

Para Santos (2006) a região expressa a intersecção entre verticalidade (ordens, comandos) e horizontalidade (cooperação, conflitos locais, cotidiano). Já Ribeiro (2015) esclarece que uma região pode ser utilizada como ferramenta de planejamento pelo Estado, pelas corporações e pelos movimentos sociais embora essa prática seja contestada, em diferentes escalas, na existência de conflitos territoriais.

A taxonomia e a categorização científica utilizada para classificar a região segue distintos procedimentos científico-metodológicos e até pode possuir critérios e cartografias precisas, o que não garante que a região seja determinada por linhas divisórias precisas que determine onde inicia ou termina uma região (LIMONAD, 2004). Logo surge a questão: Como delimitar uma região por coordenadas geográficas precisas, se a região é resultante de distintos produtos sociais que lhe conferem características específicas?

A regionalização é a resposta. Conforme Ribeiro (2015), o conceito de regionalização é nitidamente polissêmico, referindo-se mais à existência de regiões do que à capacidade de as produzir. Já para Limonad (2004) a regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica sobre os limites da região e esclarecer as práticas de elaboração de políticas setoriais, de planejamento governamental ou de desenvolvimento regional. Para a autora as regionalizações podem apresentar variações, em função da finalidade a que se propõem a atender, e usualmente atendem a interesses extremamente precisos, podendo emergir da análise e reflexão conforme se destaquem ou não determinados elementos e fatores.

Ribeiro (2015) apresenta dois ângulos de leitura da regionalização: Regionalização como fato e regionalização como ferramenta. A regionalização como fato independe da ação

hegemônica, encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder e nas diferentes formas de apropriação do território, mobiliza interpretações sobre as condições historicamente construídas da reprodução social. Já a regionalização como ferramenta assume a forma-conteúdo de um planejamento conduzido pelo Estado que por sua vez a utiliza para alterar a atual conjuntura (RIBEIRO, 2015). Limonad (2004) dá um exemplo de regionalização como ferramenta quando descreve que uma regionalização pode servir de base a propostas de desenvolvimento regional e cita o exemplo do Nordeste do Brasil e o Noroeste fluminense onde existem estruturas de poder político consolidadas, assim como o destino dos investimentos econômicos.

EMANCIPAÇÃO E DESMEMBRAMENTOS

Conforme Cavalcante e Rodrigues (1999) o processo inicial de ocupação de terras no Brasil teve como objetivo atender as necessidades do mercado europeu sendo o principal sistema econômico a agroexploração do açúcar ocorrida no Nordeste brasileiro. Outros espaços, como o Sul do Brasil, ficaram à margem desse processo exploratório inicial, pois seu solo e clima não eram propícios para o plantio da cana-de-açúcar. No Sudeste houve a formação de um sistema econômico diferente do Nordeste, pois formava-se expedições que se denominavam bandeiras.

As bandeiras tinham como objetivo explorar um espaço desconhecido na expectativa de encontrar novos escravos (índios), pedras e metais preciosos como diamante, ouro e prata. Um exemplo desta prática foi a corrente migratória de habitantes da capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo) que, para explorar novas oportunidades, organizavam expedições “em meio a resistência dos nativos e a agrestidade do meio geográfico” (CAVALCANTE; RODRIGUES, 1999, p. 13).

Com as expedições Cavalcante e Rodrigues (1999) registram que a bandeira de Pascoal Moreira Cabral chegou ao rio Coxipó em 1719, encontraram pepitas de ouro nas margens do rio e deram início ao povoamento. Assim, anos mais tarde, às margens do rio Coxipó que estas minas seriam desmembradas das minas de São Paulo sendo oficialmente constituída, em 1752, a capitania de Mato Grosso.

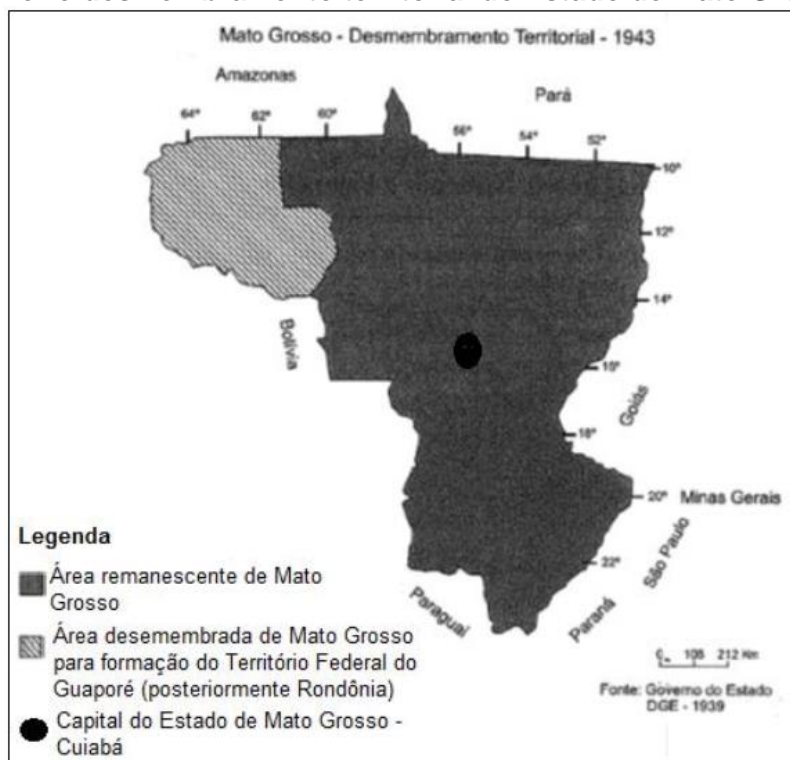
Embora o crescimento econômico e populacional no início do Século XVIII seja resultante da exploração mineradora no Mato Grosso houve rápida decadência da mineração, no final daquele século, cedendo lugar a exploração de outras atividades como a pecuária e a cana-de-açúcar (CAVALCANTE; RODRIGUES, 1999). Conforme Oyamada e Lima (2015), a rápida decadência da exploração mineradora no Mato Grosso se deu por conta da

exploração de um ouro do tipo aluvião¹. Cabe destacar que a partir da segunda metade do século XIX houve a abertura da navegação do rio Paraguai e outros produtos também passaram a ter importância como a erva-mate, poaia e os derivados da pecuária e da borracha (CAVALCANTE; RODRIGUES, 1999).

Outros aspectos históricos importantes para o entendimento da formação do território e das regiões do atual Estado de Mato Grosso ocorreram no século XX, em dois momentos de desmembramentos territoriais:

1. Desmembramento da parte noroeste, em 1943. Este desmembramento transformou a parte desmembrada no Território Federal do Guaporé, hoje Estado de Rondônia, consequência da política colonizadora do Governo Vargas, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1. Primeiro desmembramento territorial do Estado de Mato Grosso, em 1943.



Fonte: Oyamada e Lima (2015)

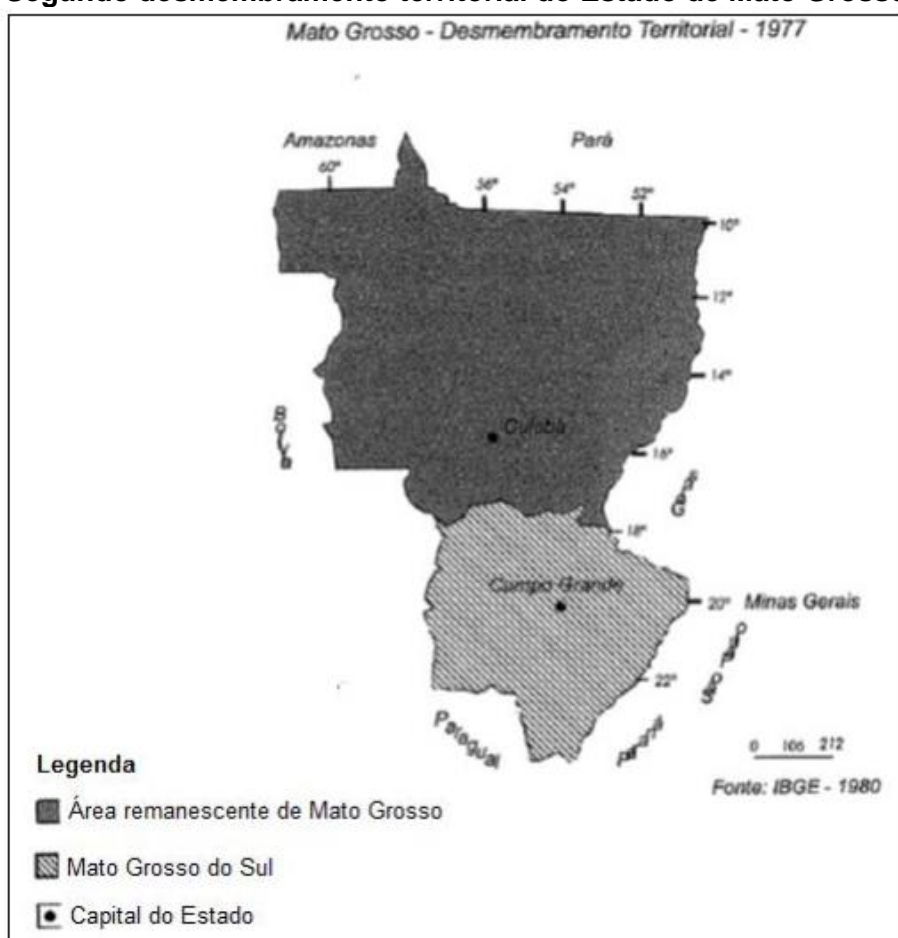
Cabe destacar que após 1930, o governo de Getúlio Vargas iniciou uma política de interiorização e de integração dos espaços vazios por meio do projeto “Marcha para o Oeste” (CAVALCANTE; RODRIGUES, 1999; OYAMADA; LIMA, 2015). Este projeto tinha como objetivo assentar colonos que estivessem dispostos a morar no Estado de Mato Grosso para

¹ Conforme Prado Junior (1998) o ouro de aluvião se encontra no leito dos cursos d’água e nas suas margens mais próximas, sendo resultado de um processo geológico milenar em que a água o espalha por uma área superficial extensa. É de baixo teor aurífero e de pequena concentração.

produzir alimentos e ocupar as terras, ou dito de outra forma, uma estratégia de expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, com cultivo do solo e dominação da natureza (CAVALCANTE; RODRIGUES, 1999).

2. O segundo desmembramento da parte sul em 1977 transformou aquele espaço em um novo estado federativo: Mato Grosso do Sul, realizada por mecanismos de um incipiente regime republicano, conforme demonstra-se na Figura 2.

Figura 2. Segundo desmembramento territorial do Estado de Mato Grosso, em 1977.



Fonte: Oyamada e Lima (2015)

Para Cavalcante e Rodrigues (1999) a divisão de 1977 tem origem no “final do século XIX, decorrente dos aspectos econômicos, sociais e políticos que marcaram o início do regime republicano” (p. 127). Entre as inúmeras justificativas apresentadas para a efetiva separação dos espaços geográficos estão a distância entre o norte e sul e o suposto favorecimento aos municípios e políticos residentes no Norte.

Vale destacar que após os desmembramentos no século XX, ocorridos nos anos de 1943 e 1977, a área geográfica restante que forma o atual do Estado de Mato Grosso figura como o terceiro maior Estado brasileiro em extensão territorial. Isso lhe proporciona outras

características naturais que devem ser levadas em consideração quando tratarmos das regiões formadas no Estado, pois é o único Estado do país em que possui três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

A formação do território de Mato Grosso possui as duas tipologias de território descritos por Flores (2006), ou seja, território dado e território construído, quando observamos suas diversas fases em diferentes períodos: 1. Foi desbravado na tentativa de encontrar indígenas e torná-los escravos; 2. Obteve uma intensa, mais rápida, exploração de jazidas auríferas e de diamantes, com destaque para o ouro; 3. Foi emancipado da capitania de São Vicente, constituindo a capitania de Mato Grosso; 4. Deu ênfase no extrativismo vegetal (da erva-mate, poaia e borracha) para compor as bases de sua economia; 5. Realizou a exploração da pecuária extensiva justificada pelas grandes extensões territoriais e desenvolveu a atividade açucareira; 6. Sofre desmembramentos de espaço geográfico originário por duas vezes, resultantes de interesses políticos governamentais estaduais/federais e conflitos internos entre seus habitantes.

Mesmo diante de todas as fases descritas houve resistência dos atores sociais as ações políticas, possuindo desde sua emancipação da capitania de São Vicente, características naturais e culturais próprias. Assim, pode-se afirmar que o território mato-grossense possui os elementos, elencados por Flores, que o caracterizam como território resultante de ações sociais composta por diferentes atores que se apropriaram de um espaço em um processo de construção. Vale ressaltar que o papel do Estado também foi importante nesta construção pois foi com o auxílio de um projeto político governamental iniciado em 1934, que se intensificou o crescimento populacional, proporcionando o desenvolvimento de uma identidade territorial própria.

CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Conforme Oyamada e Lima (2015) durante o governo militar da década de 1970, foram criados polos de desenvolvimento para receber investimentos do governo federal através de um Programa de Integração Nacional (PIN). Estes polos possuíam o objetivo de alavancar o crescimento de áreas de baixa densidade demográfica. O Mato Grosso foi escolhido como um dos polos estratégicos de desenvolvimento havendo execução de diversas obras de infraestrutura, incentivos fiscais e distribuição de terras. Entre as diversas iniciativas do PIN estão: 1. A construção rodovia entre Cuiabá/MT e Santarém/PA, denominada de BR 163, que possibilitaria aos pecuaristas e agricultores do Estado a realização de uma logística rentável para exploração madeireira; e 2. Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-

Oeste (SUDECO) que através de políticas públicas disponibilizava isenção de tributos para empreendimentos instalados no Mato Grosso.

A finalização da construção da rodovia (BR 163) entre Cuiabá/MT e Santarém/PA promoveu impactos econômicos e socioculturais em seu entorno, efetuando alterações demográficas (com deslocamentos populacionais da área rural para a área urbana), alteração em áreas de desmatamento e nos indicadores econômicos das regiões (BRITO; CASTRO, 2018). Um exemplo de alterações demográficas no Mato Grosso é o município de Sinop, localizado no Norte do Estado que demonstrou uma variação da populacional aproximada de 99,06% entre os anos 2000 e 2021, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1. Aumento e projeção populacional nos municípios corredores da BR-163

POPULAÇÃO RESIDENTE (hab.)				
Municípios	Ano 2000	Ano 2010	Projeção 2021	Varição % aprox. (2000-2021)
Itaituba – PA	94.750	97.493	101.541	7,16
Novo Progresso – PA	24.948	25.124	25.769	3,29
Santarém – PA	262.538	294.580	308.339	17,44
Sinop – MT	74.831	113.099	148.960	99,06

Fonte: Brito e Castro (2018), adaptado pelo autor.

Outras ações políticas iniciadas na década de 1980 tiveram impacto no desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso nos anos 2000, tais como: a) o Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso (PRODEI) que procurava impulsionar o setor industrial e o setor primário; b) o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) que procurava contribuir para o desenvolvimento econômico e social, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos; e c) Desonerações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em produtos primários (matéria-prima *in natura*, como soja em grãos, arroz, algodão etc) ou semi elaborados que tivessem objetivo de exportação com objetivo de fomentar o agronegócio (OYAMADA; LIMA, 2015).

Para Oyamada e Lima (2015, p. 79) “a economia mato-grossense apresenta um perfil exportador de bens primários em sua base produtiva, sendo caracterizada por uma atividade industrial alicerçada no beneficiamento industrial de produtos agrícolas e pecuários”. Vale ressaltar que o Estado também tem por obrigação a preservação dos biomas e de sua imensa

diversidade natural e ainda zelar pelos territórios demarcados aos povos indígenas e quilombolas, que são frutos do território construído.

A diversidade de características existentes nos espaços geográficos do Estado de Mato Grosso forma regiões e regionalizações, segundo as caracterizações de Flores (2006) e Ribeiro (2015) sendo possível detectar a existência de cidades que atuam como centros regionais de comércio para seu entorno. O Quadro 1 apresenta municípios que se caracterizam por esta construção sócio-histórica em seu entorno e são consideradas centros regionais devido sua importância histórica, sua oferta de bens ou serviços ou sua atuação no agronegócio.

Quadro 1. Territórios e regionalizações no Estado de Mato Grosso

Município	Característica do município	Tipo de Território	Tipo de Regionalização
Juína	Exploração madeireira	Território Construído	Região como fato
Poconé	Preservação ambiental (Bioma: Pantanal)	Território Construído	Região como fato
São Felix do Araguaia	Preservação de reservas indígenas (Parque indígena do Xingu)	Território Dado	Região como ferramenta
Sinop	Agricultura	Território Construído	Região como fato
Tangará da Serra	Pecuária extensiva	Território Construído	Região como fato
Vila Bela da Santíssima Trindade	Preservação de terras quilombolas	Território Dado	Região como ferramenta

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Nota-se no Quadro 1 que os municípios possuem características, tipos de território e regionalização divergentes. No entanto esta construção sócio-histórica é evidenciada a partir das lutas travadas por seus habitantes que procuraram garantir a emancipação de seu território perante o Estado, as corporações e os movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definir os conceitos de espaço, território, região e regionalidade foi o primeiro o propósito deste ensaio. A apresentação e definição dos conceitos possibilitou reconhecer a formação do território mato-grossense, que registra sua origem formal no ano de 1752, com as atividades exploratórias de caça aos índios para torná-los escravos e a exploração mineral (ouro e diamante).

Pode-se perceber que o Estado não se esquivou de seu papel na formação deste território, pois foi verificada sua interferência em vários momentos históricos, ora para desmembrar o extenso território geográfico, alterando também suas dimensões políticas, ora para fomentar sua economia, com programas de incentivos tributários e projetos de infraestrutura.

Já em relação aos atores sociais verificou-se que houve a especialização em algumas áreas de atuação como o agronegócio, pois os atores sociais se tornaram referência nacional em produtos primários, oriundos da pecuária e da agricultura, com constantes investimentos em melhoramento e aperfeiçoamento técnico no manejo da pecuária e na produção de grãos e outros produtos. Dessa forma notou-se que o território se tornou um grande produtor de produtos *in natura* no país, sendo referência na exportação de suas produções, ficando conhecido como “celeiro agrícola do Brasil”.

Por fim, foi demonstrado que o território mato-grossense possui as duas dimensões indissociáveis (fatores materiais e imateriais) que formam as regiões propostas por Santos. Houve uma breve explanação das diversas características do Estado de Mato Grosso, demonstrando que não há homogeneidade entre as regiões e sim diferenças, pois enquanto algumas pretendem buscar o desenvolvimento econômico e social, outras pretendem conservar sua biodiversidade ou sua cultura ou até mesmo suas características históricas.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio A. Cultura e territorialidade em Políticas Sociais. In.: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.

BRITO, Rosane; CASTRO, Edna. Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

CAVALCANTE, Else; RODRIGUES, Maurin. **Mato Grosso e sua história**. Cuiabá: Edição dos autores, 1999.

CAZELLA, Ademir Antonio. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Revista Eisforia**, Florianópolis, v.1, n.1, 2003.

CONTEL, Fabio Betioli. Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.24, n.2, p.447-460, 2015.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**. Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

LIMONAD, Ester. Brasil Século XXI, regionalizar para que? Para quem? In.: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs). **Brasil, Século XXI por uma nova regionalização - agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

NASCIMENTO, Décio E.; SOUZA, Marília de. Valorização do Terroir – Uma estratégia de desenvolvimento local. In.: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae, 2004.

OYAMADA, Graciele Cristine; LIMA, Jandir Ferrera de. A formação industrial do Estado de Mato Grosso: Do Século XVII ao Século XX. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 9, n. 21, 2015.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de Poder & Territórios Produtivos**. São Carlos: EDUFSCar, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: Fato e ferramenta. In.: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? agentes, processos e escalas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.